

**FGV: Quase 30% da população recebia menos de R\$500 por mês em 2021**[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Em 2021, cerca de 29,6% da população brasileira tinha renda domiciliar per capita de até R\$ 497 mensais. O percentual corresponde a 62,9 milhões de pessoas, o maior valor desde o começo da série histórica, iniciada em 2012. O número representa aumento de 9,6 milhões em relação a 2019. Os dados foram apresentados no Mapa da Nova Pobreza, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas Social (FGV Social). Em entrevista à Agência Brasil, o diretor da FGV Social, Marcelo Neri, comentou que o cenário foi impactado por crise em cima de crise, uma delas causada pela pandemia, que veio de fora do país, o que ocorreu também no período do choque do petróleo em 1982. Neri destacou que, na pandemia, o nível da ocupação no mercado de trabalho sofreu grande impacto e caiu muito representando um choque nunca visto antes nas séries. O professor comentou que o Benefício Emergencial para Preservação do Emprego e da Renda (BEm) amorteceu parte do impacto, mesmo assim, houve queda significativa da ocupação. Neri vê melhora no nível de emprego: “A ocupação já voltou, a gente tem tido boas notícias de desemprego em queda, emprego formal em alta, já recuperando todas as perdas da pandemia. São excelentes notícias, mas elas acabam sendo dominadas, quando se computa tudo em ocupação e se leva em conta o salário das pessoas, a renda dos trabalhadores por conta própria e informais”. Mas teme que esses ganhos sejam minimizados pela inflação: “É verdade que teve uma recuperação de ocupação, desemprego já estava cedendo e continua cedendo em 22, só que a inflação alta acaba corroendo a renda das pessoas no mercado de trabalho”, disse. O professor falou também sobre o papel do auxílio emergencial durante a crise. Segundo ele, o pagamento do auxílio, que em nove meses foi equivalente a nove anos de Bolsa Família, fez com que a pobreza caísse ao nível mínimo. Mas, com a interrupção do benefício, o indicador voltou a subir. Ele cita também que, na passagem do auxílio emergencial para o programa Auxílio Brasil, mais de 20 milhões de pessoas deixaram de ser incluídas. “Quem estava no programa teve um grande benefício, mas teve as pessoas que saíram e a pobreza reflete essa flutuação da política social, que é ruim para o bem-estar da população. Esse é o segundo grupo de efeitos”, concluiu, completando que, com a adoção do Auxílio Brasil, no fim de 2021, a situação melhorou. Distribuição geográfica O estudo também analisou a sua composição geográfica da pobreza para identificar os seus estoques e fluxos no território brasileiro. Santa Catarina foi a unidade da federação com a menor taxa de pobreza em 2021 (10,16%). Já a maior proporção de pobres estava no Maranhão (57,90%). Entre os 146 estratos espaciais segmentados na pesquisa, o litoral e a Baixada Maranhense foram os de maior pobreza em 2021 (72,59%). Em movimento contrário, o menor foi o município de Florianópolis (5,7%). Na avaliação por unidade da federação, entre 2019 e 2021, o maior avanço da pobreza se deu em Pernambuco (8,14 ponto percentual), seguido de Rondônia (6,31 ponto percentual) e do Espírito Santo (5,92 ponto percentual). Conforme o estudo, as únicas quedas de pobreza no período foram observadas em Tocantins (0,95 ponto percentual) e Piauí (0,03 ponto percentual). Sobre a pesquisa o foco do estudo é avaliar o nível e a evolução espacial da pobreza durante os últimos anos no Brasil, usando os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Anual, disponibilizados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Edição: Claudia Felczak Governo pretende chegar a 50 concessões de aeroportos em 2022 O secretário nacional de Aviação Civil, Ronei Glanzmann, informou, nesta quinta-feira (30), que o governo federal espera chegar ao fim do ano com 50 terminais concedidos para administração da iniciativa privada. Se a previsão for concretizada, serão contratados R\$ 18 bilhões em investimentos privados. A informação foi dada hoje durante o a apresentação do balanço de 2022 do Ministério de Infraestrutura em uma cerimônia em Brasília. Nos dois últimos anos, foram transferidos para iniciativa privada 34 aeroportos, entre os quais estão os terminais de Recife; Vitória; Curitiba; Manaus e Goiânia. Segundo Glanzmann, os próximos leilões já têm data. Além do pregão do aeroporto de Congonhas, em São Paulo, o segundo mais movimentado do país, no dia 18 de agosto, estão marcados os de mais 14 terminais. Também está prevista para este ano a relicitação do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte. Por enquanto, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aguarda a liberação do Tribunal de Contas da União (TCU) para publicação do edital e agendamento do leilão. Rio No Rio de Janeiro, o leilão do aeroporto de Santos Dumont e a relicitação do Galeão ficaram para 2023. O plano original era que a licitação do Santos Dumont fosse feita junto com a do aeroporto de Congonhas, mas sem o apoio do governo do Rio de Janeiro, não foi possível. Balanço Conforme balanço divulgado pelo Ministério de Infraestrutura nesta quinta-feira, 84,68% do orçamento da pasta já foram aplicados em 2022. Segundo o ministro Marcelo Sampaio, somente no primeiro semestre, 43 empreendimentos foram entregues – sendo 34 no modal rodoviário, seis no aeroportuário, dois no hidroviário e um no ferroviário. No total, 630,3 quilômetros de rodovias foram duplicados, pavimentados e restaurados. As intervenções feitas incluem ainda renovação e ampliação de aeródromos, obras de manutenção e contenção fluvial em hidrovias e uma concessão ferroviária. O conjunto de melhorias executadas neste ano soma R\$ 2,3 bilhões em investimentos públicos e privados. Para o ministro da Infraestrutura, as entregas reforçam o compromisso com os brasileiros das cinco regiões e com a urgência de modernizar o setor de infraestrutura e equilibrar a matriz nacional de transportes, fazendo com que o Brasil cresça de forma eficiente e sustentável. “São obras estruturantes, fundamentais para integrar um país continental, trazendo mais conectividade e segurança, facilitando a movimentação de cargas, impulsionando a economia e transformando a vida da população”, avaliou Marcelo Sampaio. Edição: Nádia Franco Indicador de Incerteza da Economia sobe 0,5 ponto em junho O Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br) subiu 0,5 ponto de maio para junho deste ano, atingindo 116,4 pontos, segundo informou hoje (30) a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Esse indicador é composto por dois componentes: o IIE-Br Mídia, baseado nas informações coletadas dos principais jornais do país; e o IIE-Br Expectativa, obtido a partir das expectativas do mercado financeiro acerca de variáveis macroeconômicas, como a taxa de câmbio, a taxa Selic e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). De acordo com Anna Carolina Gouveia, economista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV, o resultado do Indicador de Incerteza da Economia em junho foi impactado pelo componente de Mídia. “O indicador de Incerteza sobe em junho, mantendo-se em patamar moderadamente elevado, 1,4 ponto acima da elevada média de 115 pontos observada entre julho de 2015 e fevereiro de 2020, último mês antes do impacto da pandemia de covid-19. Contribuem para o resultado a piora do cenário fiscal, que voltou a ser destaque na economia, a inflação persistente e disseminada no Brasil e no mundo, as incertezas em relação ao crescimento mundial e a proximidade das eleições presidenciais”. Ao longo de junho, o IIE-Br Mídia chegou a desacelerar, refletindo a divulgação de resultados de atividade econômica superiores ao esperado. Anna Carolina analisou, entretanto, que a manutenção da inflação e a piora das condições fiscais levantaram dúvidas quanto à continuidade dos resultados positivos para os próximos meses. “Diante do cenário desafiador para a conjuntura doméstica e internacional, o indicador deve continuar a oscilar em patamar elevado nos próximos meses”, avaliou a economista do Ibre/FGV. Edição: Aline Leal





